

Nova gestão assume CFP

FOTO: CARLOS MOURA

A gestão Consolidação Nacional assumiu o Conselho Federal de Psicologia no dia 20 de dezembro de 1995, constituindo assim o IX Plenário.

Eleita após consulta nacional, a atual gestão priorizará a realização do II Congresso Nacional da Psicologia - CNP e dará seqüência às deliberações dos psicólogos por ocasião do I CNP, além de buscar maior integração com os Conselhos Regionais, visando o funcionamento orgânico entre as instâncias da autarquia.

O *Jornal do Federal* traz nesta edição matéria que mostra o início dos trabalhos da nova gestão e as primeiras ações do IX Plenário, notícias da posse da atual diretoria e outros fatos de interesse da categoria. Acompanhe conosco (Páginas 6 e 7).

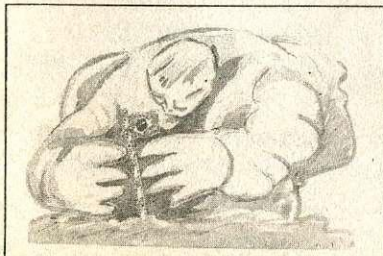


Conselheiros efetivos da esquerda para a direita: Odair Sass, Álvaro Trujillo, Wilson Soares Leite, Nélio Pereira da Silva, Rosano Freire Carvalho, Guilherme A. Valle, Raimunda Montello Gomes, Maria Bernadete R. Costa e Rose Teresinha R. Mayer

Página
04

Em Pauta

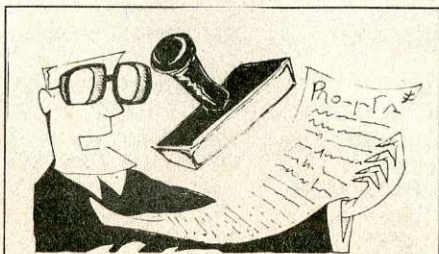
Acompanhe conosco a tramitação de projetos prioritários para a categoria, no Congresso Nacional.



Página
05

II CNP

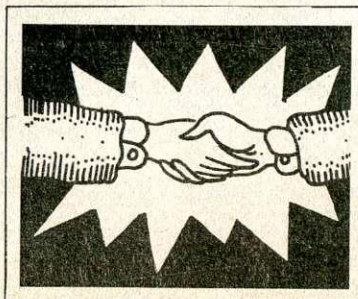
II Congresso Nacional da Psicologia começa a ser organizado.



Páginas
8/9

Entrevista

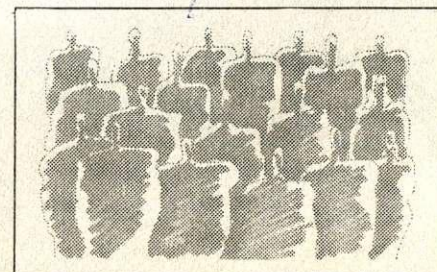
O Presidente do CFP e o Secretário Geral da FENAPSI falam dos projetos para 1996.



Página
11

Recadastramento

CFP promove Recadastramento Nacional dos Psicólogos.





Consolidação é Participação

Pela primeira vez na história da autarquia foi eleita diretamente pela categoria uma gestão do Conselho Federal de Psicologia, mediante apresentação de um programa nacional submetido aos psicólogos; a gestão eleita denomina-se Consolidação Nacional, seu nome marca sua origem. Queremos dedicar este espaço para destacar aspectos que entendemos importantes para o que vai ocorrer durante o ano de 1996.

Em primeiro lugar queremos realçar o significado de nossa eleição; foi o passo inicial das mudanças deliberadas no I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 1994, que permitiu à categoria saber com antecedência e pudesse discutir, aprovar ou rejeitar, um programa de gestão, permitindo uma participação mais consciente da categoria nos rumos da entidade. Este é um dos pontos fundamentais que a nova estrutura deve manter, além de ampliar cada vez mais a participação da categoria na definição dos rumos da autarquia.

Em decorrência de nossa origem temos como tarefa consolidar as demais propostas de mudanças emanadas do I Congresso, dentre as quais destacamos a realização do II Congresso Nacional da Psicologia em agosto deste ano, onde serão aprofundadas as teses oriundas do Congresso anterior, principalmente no que diz respeito ao Executivo Profissional e à Formação, bem como a avaliação do andamento da mudança estrutural e seu aperfeiçoamento, finalizando o anteprojeto de lei que altera a Lei Federal 5766, que rege os Conselhos de Psicologia.

Lembramos que a realização de um bom Congresso Nacional depende fundamentalmente da realização de bons Congressos Regionais e a realização de bons Congressos Regionais dependem deci-

didamente da ampla participação dos psicólogos na elaboração e aprovação das teses, de modo a tornar as decisões que afetam nossa vida profissional mais participativas e democráticas.

Outra questão de primordial importância para o II Congresso será a inscrição de chapas que concorrerão a novo pleito direto para completar o mandato transitório destinado a concluir o processo das mudanças estruturais.

As demais metas da atual gestão referem-se às mudanças políticas de organização interna com maior autonomia e participação efetiva dos Conselhos Regionais, à execução de políticas nacionais, tornando a estrutura orgânica, não federativa e não confederativa, tal como foi aprovado. Está em andamento, também, um projeto de maior homogeneização administrativo-financeira visando tornar as ações nesta área mais coordenadas e eficientes.

Além destes aspectos estaremos empenhados na realização do recadastramento nacional dos psicólogos inscritos nos Conselhos, que fornecerá informações básicas para a obtenção de nosso perfil profissional, possibilitando um conhecimento concreto de nossa realidade atual.

Estamos alterando o nosso jornal para torná-lo mais condizente com nossas metas, tornando-o mais informativo (sem informações não há participação), dinâmico e participativo, abrindo espaços para críticas, opiniões, sugestões e discussões de posições abrigadas em nosso meio.

Realçamos, e nunca é demais fazê-lo, que a participação dos psicólogos em todo esse processo é essencial. A ampla participação de todos é que tornará as decisões democráticas e construirá uma cidadania consciente.

Opinião

do leitor

O *Jornal do Federal* com vistas a criar um canal de interlocução com o leitor, seja ele psicólogo ou não, abre a partir desta edição uma coluna do leitor, para que este possa manifestar a sua opinião. Neste primeiro momento estamos inaugurando a coluna e oferecendo a todos que queiram participar sejam com críticas, sugestões ou debates, acerca de temas aqui tratados.

Cartas para esta coluna devem vir datilografadas em espaço dois, conter no máximo trinta linhas, serem escritas em língua portuguesa, com identificação do autor, bem como nº de inscrição/CRP ou nº de identidade, além de endereço completo e número de telefone para contato. As cartas devem ser encaminhadas para:



Conselho Federal de Psicologia

SRTVN Q. 702 Ed. Brasília Rádio Center Sala 4024 A - Brasília-DF / Cep.70719-900

A/C: Assessoria de Comunicação - Opinião do Leitor

O envio de cartas não significa necessária publicação. As mesmas serão apreciadas pela comissão editorial do *Jornal do Federal* que definirá sobre sua publicação ou não. Do mesmo modo, ainda que decida publicar, o *Jornal do Federal* poderá suprimir trechos publicando apenas os mais relevantes.

Contamos com sua participação nesta coluna.

EXPEDIENTE

Órgão Informativo do Conselho Federal de Psicologia

SRTVN Q. 702 Ed. Brasília
Rádio Center - Sala 4024 - A
CEP. 70.715.900
Fone: (061) 223 1947
Fax: (061) 223 1727

DIRETORIA:
PRESIDENTE:
Álvaro Trujillo
VICE-PRESIDENTE:
Nélio Pereira da Silva

SECRETÁRIO:
Rose T. R. Mayer
TESOUREIRO:
Wilson Soares Leite

DIRETORES REGIONAIS:

REGIONAL NORTE:
Maria Bernadete R. Costa
REGIONAL NORDESTE:
Rosano F. Carvalho
REGIONAL CENTRO-OESTE:
Raimunda M. Gomes
REGIONAL SUDESTE:
Odair Sass

REGIONAL SUL:
Guilherme A. do Valle

SUPLENTES:

REGIONAL NORTE:
Maria L. C. de Castro
REGIONAL NORDESTE:
Irene F. da Costa
REGIONAL CENTRO-OESTE:
Antônio J. A. Motti
Zizi M. de Aguiar
REGIONAL SUDESTE:
Francisco J. M. Viana

REGIONAL SUL:
Paulo Shiro Matsuo
Claire T. Lazaretti
Roberto M. Cruz.

COMISSÃO EDITORIAL:
Odair Sass / Maria Bernadete R. Costa.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
Lídia de Moura (2492/DF)

PROJETO GRÁFICO e EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:
UP LINE - Editora Ltda - 322-4743

Formação & Exercício Profissional

Formação, informação e disposição ética

* Sílvia Leser de Mello

A discussão em torno da formação do psicólogo é antiga e não creio que possa ser recolocada, neste pequeno espaço, em termos de disciplinas ou estágios necessários. Vou me deter em apenas três pontos que considero de fundamental importância, qualquer que seja o currículo do curso. Eles representam, na verdade, desafios crônicos. De início, estabelecer um estatuto de disciplina científica para a Psicologia, reconhecendo a ampla gama de teorias e concepções de ciência que é a marca da Psicologia contemporânea. Nem sempre conseguimos vencer o paroquialismo e o corporativismo, ou substituir o dogma pelo debate. Vivemos, ainda, um clima de disputa, talvez menos acentuado hoje, entre concepções biologizantes e concepções humanistas da inteligência e da sensibilidade. E o que é pior, os currículos dos cursos refletem essa disputa sem procurarem, de modo algum, integrar esses aspectos da realidade humana que resultam, afinal, da duplicidade de nossa natureza, de anjo e de besta, como diz o grande escritor Thomas Mann. Parte significativa dessas dificuldades são incorporadas aos programas do curso, e como o aluno não recebe uma formação histórica mais sólida no secundário, também não é capaz de conviver com as divergências, situando-as, quer na história da ciência, quer na história mais ampla do pensamento filosófico. Elas acabam, assim, sendo incorporadas de maneira dogmática e intransigente, obscurecido, para o aluno, os problemas mais importantes da própria Psicologia.

Outro risco sério que a forma-

ção do psicólogo pode apresentar é a ênfase excessiva nos procedimentos técnicos, em detrimento do conteúdo teórico, ou em perda para os processos igualmente importantes de criação e descoberta. Mais ainda, a hegemonia da técnica não é capaz de fornecer ao aluno a disciplina necessária do estudo e da leitura, com seu forte componente formativo. É um grande desafio estabelecer o equilíbrio entre o domínio das técnicas e a sua formação teórica, sujeita sempre à revisão, ao recomeço.

A formação do psicólogo deve propiciar ao aluno mais do que um aprendizado de procedimentos. Ela não pode ser deixada ao acaso das improvisações e das modas místicas. Quando a rapidez das transformações sociais e tecnológicas ultrapassa

nossa capacidade de compreendê-las, não podemos banalizar o conteúdo das disciplinas. Existe um esforço de inteligência e de imaginação que é necessário à aquisição dos conhecimentos. O longo acúmulo do saber, que constitui a história da ciência e do pensamento, não pode ser trocado por algumas apostilas. O contato com o conhecimento, durante a formação, deve ser uma experiência vital. Por mais tentador que pareça transformar a ciência num pacote de técnicas, ou num pacote de teorias, é injusto que os alunos não possam

desenvolver a curiosidade e a inquietação. Sempre que um professor oferecer uma explicação seria importante não fechar o caminho para outras. Por este motivo a pesquisa, na universidade, deve ser parte fundamental da atividade dos professores. Sem o constante incentivo que ela nos oferece para rever o que já era sedimentado e conhecimento acabado, ou seja, sem a dúvida que o brilho forte da realidade introduz nas nossas concepções, também a atividade didática corre o risco de se tornar

mera repetição, rotineira e pouco inspiradora. O despertar de questões, o fornecer mais elementos para a reflexão e para a crítica do que para o dogmatismo, são instrumentos mais formativos do que uma extensa aprendizagem de técnicas.

Por fim, a premente questão da ética. A experiência do contacto profissional com outra pessoa só é significativa quando carregada de sentido ético. O aluno precisa discernir o ser humano no outro que tem diante de si. É necessária a discussão dos meios e dos fins. Os sujeitos devem sempre ser o fim e não o meio para a obtenção das finalidades do aluno. Parece simples e óbvio, mas não é. Seria preciso impregnar de ética todas as disciplinas de um curso de psicologia. Os sujeitos da atuação do psicólogo não são seres abstratos ou organismos que apenas reagem a estímulos, como

os ratos. É certo que compartilhamos, com eles, a natureza animal, mas diferentemente deles construímos com a linguagem um mundo de cultura, apropriado à nossa vida e sem o qual não poderíamos subsistir. Fazemos história, criamos regras para definir os limites de nossas relações uns com os outros, preocupamo-nos com o certo e o errado. O bem e o mal são a matéria que, de algum modo, move os nossos pensamentos e dá solidez às escolhas. Sempre, e em qualquer circunstância, é obrigação do psicólogo ver, para além das determinações das classes ou dos papéis sociais, os sujeitos humanos. O ensino e a aprendizagem são inúteis se perdermos de vista a idéia ética, que Sartre tão bem enuncia ao afirmar que as determinações não têm existência, que só existem homens e a relação entre homens.

Em parte é isto que quero expressar quando digo que a experiência dos cursos de Psicologia deveria ser, para os alunos, uma experiência formativa e não só informativa: uma experiência vital. Entretanto, para que a disposição ética se realize plenamente, é preciso que o ensino da psicologia se localize, isto é, defina o espaço social em que vai atuar, conheça os contornos sócio-econômicos e culturais da população que vai ser atendida, respeite as diferenças que possam existir, elimine preconceitos. O primeiro e mais indispensável requisito para um profissional é possuir a mente aberta, livre de idéias feitas e de pré-julgamentos. Sem isto a ciência é letra morta, a profissão um exercício de enganos.

* Doutora em Psicologia pela USP
Professora Titular de Psicologia e
Diretora do Instituto de Psicologia-USP

A formação do psicólogo deve propiciar ao aluno mais do que um aprendizado de procedimentos



Tramitando no Congresso Nacional

O Journal do Federal irá acompanhar a tramitação de projetos que interessam à categoria. Para isso, criamos esta coluna - **empauta** - que a cada número estará fornecendo as últimas notícias do Congresso Nacional sobre os projetos de nosso interesse. Nesta edição trataremos de Piso salarial, LDB e Projeto Paulo Delgado (extinção progressiva dos manicômios).

■ Piso salarial - PLC 063/93

Modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999/15/12/61, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas (estendendo aos psicólogos) - Ex-deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF).

Em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais - CAS - Senado, aguardando deliberação do parecer favorável do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PPB SE), que apresentou um substitutivo ao texto original, sendo que a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, já se manifestou pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

O projeto já foi aprovado na Câmara. Caso o substitutivo do relator venha a ser aprovado na CAS e, posteriormente, no Plenário do Senado, a matéria retornará à Casa de origem para apreciação das alterações. Em caso de rejeição por parte

daquela Comissão, a matéria será arquivada em definitivo.

Vale ressaltar que existe a possibilidade de associação do projeto ao PLC 139/95 (salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas) que em 13 de dezembro/95 foi aprovado na Câmara e que também foi encaminhado à CAS do Senado. Neste caso, as proposições tramitarão em conjunto. Na hipótese do PLC 063 (estende o piso de médicos e cirurgiões-dentistas aos psicólogos) vir a ser aprovado no Senado, na forma do texto original da Câmara, ou seja, sem a adoção de substitutivo do relator, será encaminhado diretamente à sanção presidencial.

■ LDB

PLC 101/93 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

PL 1258/88 (do ex-deputado Octávio Elísio).

Na sessão do dia 08 de fevereiro/96 do Plenário do Senado foram aprovadas as emendas apresentadas em turno suplementar e que já haviam sido deliberadas nas comissões, na forma do parecer do relator senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

Foram acatadas as emendas que sugeriam a supressão daquele dispositivo. No entanto, em plenário prevaleceu a emenda do Senador José Roberto Arruda

(PSDB-DF) que propõe a seguinte redação ao artigo 46.

"É livre o exercício das profissões, exigida a qualificação especial, em forma de Lei, para as profissões regulamentadas". Vale ressaltar que na redação do texto final aprovado, o artigo 46 passou a figurar como artigo 50, em virtude da renumeração dos artigos.

Esta decisão atendeu à reivindicação do CFP e de diversos outros conselhos e desvinculou, definitivamente, a questão da desregulamentação profissional da LDB.

A matéria agora será encaminhada à Câmara para análise e deliberações das alterações oriundas do Senado.

O CFP possui cópia do texto final aprovado, que encaminhará para os Conselhos Regionais se posicionarem a respeito.

■ Projeto Paulo Delgado

PLC 008/91: Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. (Deputado Paulo Delgado - PT-MG).

O projeto se encontrava em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado - CAS, sendo que no dia 23 de novembro/95 foi aprovado o voto em separado do senador Lucídio Portella (PPB-PI), que ape-

nas "moderniza os manicômios", contrário portanto aos termos do parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A proposição aprovada na CAS agora aguarda encaminhamento para leitura e deliberação do Plenário. Até o dia 21 de fevereiro/96 estava aberto o prazo para a apresentação de emendas ao texto aprovado. Foram propostas sete emendas que foram encaminhadas à Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Após as deliberações da CAS as emendas serão submetidas à apreciação do Plenário. Se rejeitadas na Comissão e posteriormente no Plenário, será então votado em dois turnos, o substitutivo do Senador Lucídio Portella. Se este for aprovado, o projeto retorna à Câmara para análise das alterações oriundas do Senado. Na hipótese de ser rejeitado, prevalecerá o projeto original da Câmara que será então remito à sanção presidencial.

Como o texto final aprovado será diferente daquele oriundo da Câmara, haverá a necessidade do projeto ser novamente submetido à Casa de origem que, mediante nova tramitação, terá de analisar as alterações propostas pelo Senado.

Cabe ressaltar que a proposição aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado ainda não consta da pauta. Portanto, não há data definida para ser objeto de apreciação.

**Um
ano de
existência**

No dia 1º de janeiro o Mercosul completou um ano de funcionamento e os países integrantes Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai já têm bons motivos para comemorar, quanto ao aumento das importações e outros ganhos, decorrentes das transações comerciais. Entretanto, em relação aos serviços estamos como se o Mercosul ainda nem tivesse começado.

Apesar dos balanços de comércio exterior ainda não terem sido feitos, as preliminares do Ministério da In-

dústria e Comércio apontam que as empresas brasileiras exportam mais. As vendas das empresas nacionais para os países do Mercosul aumentaram 2%, passando de 13% em 94 para 15% atuais. Esse aumento é bastante significativo, pois antes do Tratado de Assunção, o comércio não apresentava perspectiva de crescimento. Segundo dados parciais do Minis-

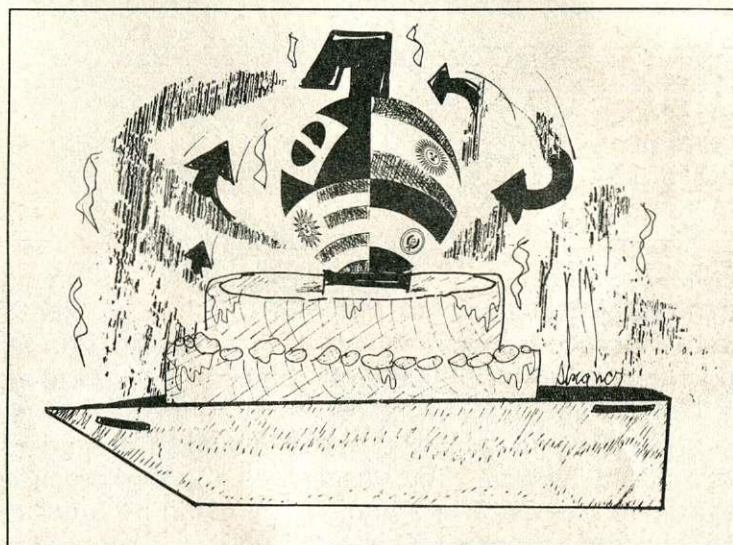
tério da Indústria e Comércio, no mercado bilateral circularão em torno de 10 bilhões de dólares, o que coloca a Argentina como o segundo parceiro do Brasil, ocupando o lugar que era da Alemanha e atrás apenas dos Estados Unidos. Isso corresponde a 80% de comercialização de produtos circulando entre Brasil e Argentina. O Uruguai e Paraguai também têm

motivos para comemorar. Atualmente 52,4% das exportações paraguaias e 45% das uruguaias acontecem dentro do bloco econômico. O Brasil é o principal parceiro dos dois. Aportam aqui 80% das exportações do Paraguai contra 50% em 1994.

Mesmo com os bons resultados apresentados, houve alguns conflitos. O Uruguai e a Argentina adotaram algumas posturas críticas em relação ao Brasil. O Uruguai, por exemplo, exigiu regras para os procedimentos que devem nortear as negociações com o Brasil, e a Argentina reagiu à medida provisória que estabelece cotas de importação de carros. O Itamaraty, entretanto, apaziguou e informou que as guias de importação de veículos procedentes do Mercosul e os contratos já assinados estariam isentos de tarifa aduaneira.

No que se refere aos serviços ainda não houve avanços efetivos. Para os psicólogos continua a incógnita do que virá a ser o Mercado Comum em suas vidas. Entretanto, o CFP tem enviado esforços e participado das discussões que envolvem todo o processo de integração entre os países do Mercosul. Como resultado mais imediato será realizado em outubro de 1996, no Brasil, o II Encontro Integrador dos Psicólogos que atuam nos países que compõem o Mercado Comum do Sul.

Mercosul



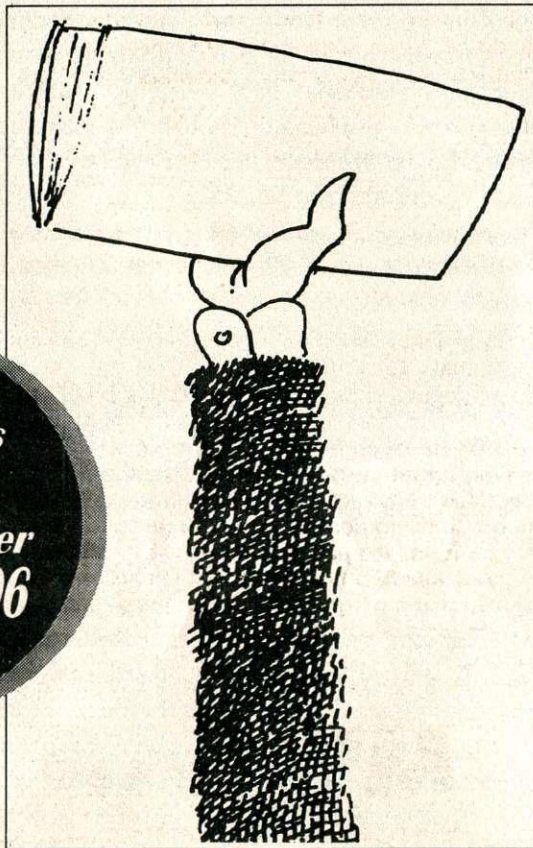
**Congresso Nacional
da Psicologia**

Começa a organização do II Congresso

No último dia 8 de fevereiro foi realizada uma reunião da comissão organizadora do Congresso Nacional da Psicologia – CNP, para elaboração de uma proposta de organização do II CNP a ser encaminhada ao Fórum de Entidades. Dentre as principais propostas estão a realização dos congressos regionais até 16 de junho de 1996, encaminhamento das atas dos congressos regionais e das teses aprovadas no Conselho Federal de Psicologia até 26/06/96, realização do II Congresso Nacional de Psicologia de 29 de agosto a 1º de setembro de 1996. Além disso será feito um levantamento de alternativas financeiras mais favoráveis para a realização do Congresso.

A comissão organizadora elaborou, também, uma proposta de regimento interno que regula-

**Congressos
Regionais
devem ocorrer
até 16/06/96**



mentará a organização do II CNP e estabelecerá as diretrizes para os Congressos Regionais que serão encaminhadas para serem discutidas no Fórum de Entidades e pelo Plenário do Federal. Os objetivos de propostas para o Congresso são: promover a organização/mobilização dos psicólogos no país, apresentar os encaminhamentos das deliberações do I Congresso, consolidar a estrutura político-administrativa aprovada no I Congresso, garantir o espaço de articulação política para composição de chapas que concorrerão ao mandato complementar do CFP (1997/98) e estabelecer diretrizes para os eixos temáticos: Exercício Profissional e Formação.

Participaram da reunião os seguintes psicólogos:

Carmen Rodrigues Paulino - CRP- 09
Guilherme Azevedo do Valle - CFP
Marcus Adams Pinheiro - CRP- 02
Odair Sass - CFP
Ricardo Figueiredo Moretzsohn CRP- 04
Rosano Freire Carvalho - CFP
Sandra Regina P. Batista - CRP-08
Wilson Soares Leite - CFP

Sobre a Resolução Nº 29 - CFP (Dispõe sobre publicidade associadas a práticas alternativas)

Em 1992 o Conselho Federal de Psicologia editou resolução proibindo os psicólogos de associarem seus títulos a práticas alheias ao conhecimento científico no campo da psicologia, resolução que a época não teve ressonância.

Em 1996 o CFP reeditou esta resolução com a finalidade de aprimorar a qualidade dos serviços de psicologia. Desta vez o tema foi muito explorado pela grande imprensa tendo resultado em várias matérias e até debates na televisão.

O caráter dessa resolução visa separar as questões relativas ao exercício profissional da psicologia de outras práticas quaisquer, que não têm sua fundamentação no campo da ciência psicológica e nem na tradição desta pro-

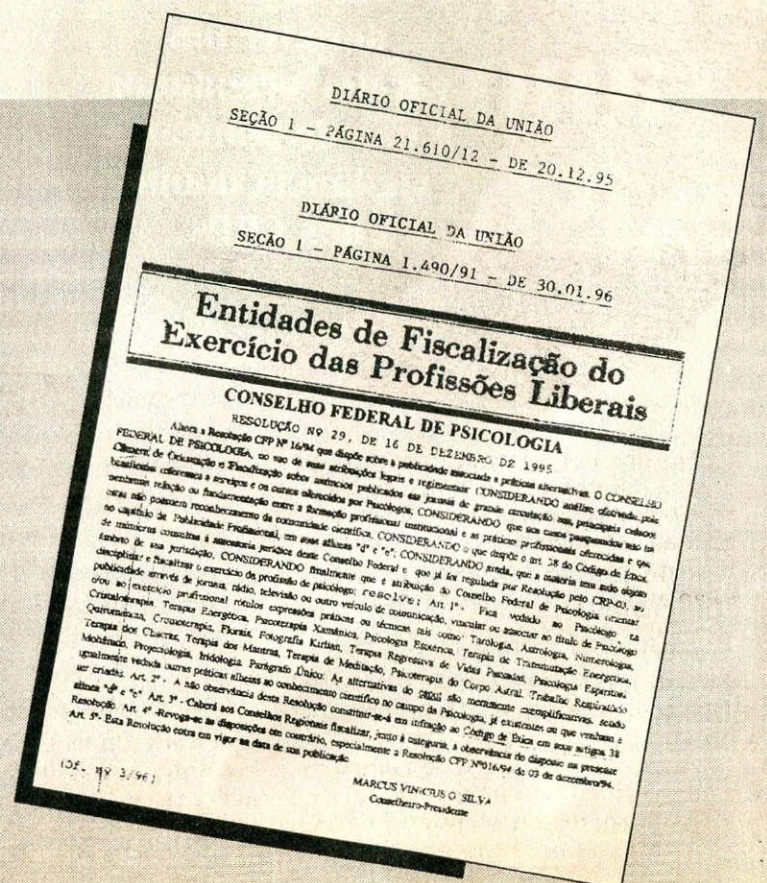
fissão.

O Conselho Federal de Psicologia deixa claro que não fiscaliza, orienta ou disciplina as práticas alternativas, por não ter o conhecimento e nem respaldo

jurídico para fazê-lo.

Insistimos que o Conselho Federal de Psicologia, para resguardar os cidadãos de possíveis falhas éticas, exerce seu poder fiscalizador somente em serviços para os quais os psicólogos estejam habilitados técnica e cientificamente.

Aos que desejarem propagar serviços diversos aos da psicologia, sugerimos que anunciem apenas estes serviços, sem associá-los à psicologia, haja vista que estes não são serviços do campo desta ciência.



Nova gestão prepara CFP para mudanças

No dia 20 de dezembro de 1995 a gestão Consolidação Nacional assumiu o Conselho Federal de Psicologia constituindo o IX Plenário.

Eleita após consulta nacional a toda a categoria, a atual gestão do CFP inaugura um novo momento histórico na autarquia. Por decisão do I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em agosto de 1994, a autarquia passa a ter uma organização nacional e não mais federativa. Os dirigentes representam a categoria como um todo e não os interesses regionalizados, o que permite à direção do Conselho Nacional representar de fato o interesse nacional da Psicologia, através de programa nacional, eleito pelos psicólogos brasileiros. O número de dirigentes também mudou, tendo sido reduzido de 24 para 9, o que aumenta o grau de responsabilidade dos eleitos.

Esta nova gestão é composta de nove membros efetivos e nove suplentes, sendo que cinco deles são diretores regionais para integrar e melhor identificar as demandas regionais que possam vir a ter caráter nacional.

Posse - O presidente eleito, Álvaro Trujillo, lembrou ao tomar posse, no dia 20 de dezembro, que o compromisso ali assumido era oriundo das deliberações do I Congresso Nacional da Psicologia - CNP, ocorrido em Campos do Jordão em 1994. Saudou o VIII Plenário por ter iniciado a tarefa de mudar a organização do CFP, conforme definido pela categoria no I CNP. Álvaro Trujillo lembrou que as prioridades da nova gestão estarão concentradas na realização do II Congresso Nacional da Psicologia e na maior integração dos Conselhos Regionais, a fim de desen-

volver ações de interesse da Psicologia, através de parcerias, haja vista que o "Conselho Federal deve ter um caráter orientador e não de punição e vigilância diante dos CRPs", frisou Álvaro.

O grande desafio a partir deste momento é realizar o debate que levará à revisão da legislação e mudança estrutural da autarquia. O IX Plenário tem pela frente a tarefa de realizar o II Congresso quando os psicólogos de todo o país estarão definindo os rumos a seguir e como a categoria se posicionará frente as várias questões de interesse nacional e específico. Caberá ao Fórum de Entidades, conforme deliberação do I CNP, a organização do II Congresso a ser realizado em agosto.

Ações - A Gestão Consolidação Nacional iniciou seu trabalho convidando os presidentes de Conselhos Regionais para uma reunião em Brasília, buscando a integração que se faz necessária e reunindo todos os conselheiros eleitos (efetivos e suplentes). Nessa reunião foram discutidas questões pertinentes à autarquia e iniciado um debate sobre as formas de integração e parcerias que podem contribuir para a construção de uma entidade mais descentralizada, orgânica e comprometida com as questões de interesse da categoria e da sociedade. No primeiro encontro, em 13 de janeiro último, discussões como novas normas do Tribunal de Contas da União - TCU, homogeneização de procedimentos administrativo-financeiros, definições das funções dos diretores regionais, congressos regionais e nacional.

Projeto de Lei - Dando prosseguimento ao trabalho de acompanhamento de projetos em tramitação no Congresso Nacional, o IX Plenário

estabeleceu como prioritário o acompanhamento do projeto que trata do salário mínimo profissional, Projeto Paulo Delgado (extinção progressiva dos manicômios), Projeto Aldo Rebelo (porte de armas), Lei de Diretrizes Bases (desregulamentação das profissões) e acompanhamento da proposta de projeto referente ao Ato Médico.

Tabela de Honorários - A tabela de honorários

para a prestação dos serviços de Psicologia é um projeto que a atual gestão pretende finalizar. Para isso, foi realizada reunião entre o CFP e a FENAPSI quando foram definidas estratégias de mobilização das entidades de representação da categoria para que contribuam com o trabalho de pesquisa que já foi iniciado por uma empresa especializada, que resultará na tabela de honorários unificada para todo país.

Recadastramento Nacional - A



O Presidente do CFP, Álvaro Trujillo, em seu discurso de posse

gestão Consolidação Nacional, definiu na reunião de 13 de janeiro último com os presidentes dos CRPs, o início do recadastramento nacional, tomando como base a experiência bem-sucedida do CRP 06. Assim, que o CFP enviou circular solicitando a nomeação do psicólogo responsável pela coordenação regional do projeto e informando que, pelo Conselho Federal, o Conselheiro responsável é o Psicólogo Odair Sass (veja matéria à página 11).

Diretores regionais debatem proposta com os presidentes de CRs

A nova organização do CFP tem 5 diretorias regionais, de acordo com a estrutura aprovada no I Congresso Nacional da Psicologia. Os diretores regionais são: Maria Bernadete Ribeiro da Costa (Norte); Rosano Freire Carvalho (Nordeste); Raimunda Montelo Gomes (Centro-Oeste); Odair Sass (Sudeste) e Guilherme Azevedo do

Valle (Sudeste). Iniciando um trabalho de discussão com os conselhos regionais, os diretores e seus suplentes estiveram reunidos com os presidentes de CRPs em Brasília, dia 13 de janeiro, tendo sido discutida a seguinte pauta: discussão das propostas da gestão consolidação nacional; articulação dos diretores regionais com os plenários dos CRPs; identificação das questões regionais de interesse nacional e discussão de encaminhamentos para a realização dos congressos regionais e nacional.

O Conselho Federal deve ter um caráter orientador e não de punição e vigilância diante dos CRPs

O

Jornal do Federal entrevistou os presidentes de CRs para saber o que pensam do momento atual vivido pela autarquia e as novas propostas. Em virtude da escassez de espaço selecionamos para publicação algumas das manifestações dos presidentes, que publicamos a seguir:

“Eu espero e torço para que este modelo dê certo, pois acho que esse método de descentralizar por regiões talvez facilite o acesso e a participação dos conselhos regionais...”

Acho que esta gestão está entrando com vontade. Espero que eles consigam, num período tão curto de tempo, realizar tudo que propõem, pois acho que eles realmente são inovadores e parecem audaciosos, porque propõem uma grande mudança num período muito curto”

Maria Leonor Sampaio Bicalho - CRP 01

“Achei a reunião com os presidentes de regionais um marco importante na relação dos Regionais com o Federal, no sentido da gente realmente articular com o Federal as ações em nível nacional para que a gente possa falar a mesma linguagem, ter uma visão mais unificada e um resgate mais imediato do espaço da Psicologia no Brasil. É um marco histórico...”

As primeiras impressões é que eles estão buscando, realmente, uma integração, uma parceria, uma descentralização do poder e sua socialização para que o mesmo seja maior. Essa diretoria vem para alterar um *status quo* vigente que não contribui muito para o crescimento da Psicologia, enquanto ciência e profissão”

Maria Cristina Araújo e Carvalho - CRP 02

“Em nível de aproximação é algo interessante e que abre para que algumas discussões dessa gestão estabeleçam uma aproximação entre os Regionais e a própria nova diretoria que assume a direção do Federal. Acho que existem questões em nível de organização que têm que ser discutidas. É uma estrutura nova que necessita ser lapidada e essa discussão não deve encerrar-se nesse momento, deve ser aprofundada e melhor avaliada na prática.

Acho que as propostas que estão sendo apresentadas tendem a ter uma participação maior com o fortalecimento dos Regionais. Mas acho muito prematuro colocar. É melhor avaliar isso com o tempo, com o desenrolar da gestão e com a prática política no relacionamento entre os Regionais e a direção do Federal”

Miguel Angel Cal González - CRP 03

“Acho que a tendência mundial de todas as instituições públicas e privadas é essa horizontalização do poder,

essa descentralização no sentido de dar mais autonomia para quem está na base. É preciso que haja alguém centralizando, porque senão fica tudo muito solto. Eu vejo que nesse início, esse documento que foi elaborado que é coerente com o que foi discutido no Congresso, é algo que dá continuidade às questões que foram propostas num plenário mais amplo, que é o Congresso. Espero que eles consigam realizar tudo isso, principalmente porque estão entrando pessoas novas e acho que essa renovação areja a política”

Antonieta Guimarães Bizzotto - CRP 04

“Ter realizado uma reunião com os presidentes de todos os Regionais foi uma excelente iniciativa e há de se repetir no decorrer dessa gestão, embora curta, mas deve ser repetida com uma frequência preestabelecida para que possa ser agendada. Não só dos presidentes com o plenário do Federal, mas reuniões periódicas das diretorias dos Regionais.

Senti, pelos Regionais presentes, uma disposição grande de tocar à frente essa modificação política, uma nova estrutura que significa um novo posicionamento político dos Conselhos Regionais e do Federal. Acredito que tudo vai dar certo, já que as pessoas estão com a intenção de tocar os projetos da categoria à frente”

Mário Bruno H. Manzolillo - CRP 05

“Acho que contém aspectos dessa reunião que envolvem diretamente o presidente, a sua responsabilidade, mas eu acho que isso é uma coisa que não vai se manter desse modo, pelo menos é o que eu espero. Que se chame a participação dos representantes do plenário dos regionais. A nova gestão demonstra fidelidade ao que foi definido no Congresso, isso é muito importante. A expectativa que eu tenho é que se rompa mesmo com aquela coisa de política de gabinete, ou seja, os conselheiros tomam as decisões e submetem aos psicólogos. Não deve ser por aí. A minha expectativa de ter uma interlocução mais viva, através da própria relação com os regionais. Mas essa atitude cuidadosa, de não vir com as coisas prontas, me causa boa impressão”

Cláudia Maria Sodré Vieira - CRP 06

“Tenho a expectativa de que a gente realmente possa se aproximar mais e estar mais junto das expectativas dos próprios psicólogos das regiões

para que possamos trabalhar de uma maneira mais conjunta.

Meu sentimento na reunião foi de uma disponibilidade, de uma abertura e de interesse nessa integração de regionais com o nacional e que há o interesse de construir um projeto conjunto. Estamos vivenciando isso hoje, um processo de construção”

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto - CRP 07
(membro da Junta Governativa)

A gente está partindo de uma coisa que não funcionava, que a gente não tinha como ver o modo como as coisas andavam, para uma possibilidade de que venha a funcionar de um jeito mais harmônico, com uma maior parceria, respeito e autonomia. Este é um modelo que se está construindo.

Eu me sinto comprometido quando falo dessa nova gestão, pois participei de todo um processo desde o movimento da Constituinte no Congresso Nacional, por que pessoalmente ajudei a articular essa nova chapa e o que a gente discutia em nível nacional é exatamente essa coresponsabilidade que existia na relação do Federal com os Regionais. Como representante do Conselho Regional eu me sinto comprometido e assegurando seu desempenho”

João Baptista Fortes de Oliveira - CRP 08

“Achei a reunião muito importante, na medida que as diretorias dos Regionais são novos e a diretoria do Federal também. Assim, podemos ter harmonia na administração.

Pela primeira reunião que estamos tendo, as impressões são boas. Estamos conseguindo discutir com tranquilidade os pontos propostos.

A nova maneira de pensar e agir os conselhos, principalmente o nacional, foi uma deliberação do primeiro congresso constituinte e de estar colocando em prática a deliberação que a categoria definiu”

Carmem Rodrigues Paulino - CRP 09

Acho que agora vai ter uma articulação melhor e vai haver um maior entrosamento entre as partes - Federal e Regionais. O resultado vai ser melhor. As primeiras impressões sobre a nova gestão são muito boas. As propostas apresentadas até o momento são bastante lúcidas. E espero que o Conselho Federal possa trabalhar em conjunto com os Regionais, procurando

concatenar as idéias do Federal com os Regionais. Bons tempos, pelo menos é o que esperamos”

João Bosco de Assis Rocha - CRP 10

“Um plano nacional para a Psicologia é muito complicado, pois é uma categoria que não está totalmente mobilizada politicamente e nós ainda temos muito o que fazer, então esse melhor relacionamento entre os Conselhos Regionais e o Federal, através dessa reunião facilita a mobilização política.

A minha primeira impressão é muito boa. Vir a uma reunião em que as pessoas vão sentar para ver o que vão fazer, que é diferente se eles estivessem assumindo. Como disse o presidente atual do Federal, não votamos numa chapa nacional que tinha uma proposta para a Psicologia, então nós estamos ajustando essa proposta que não é de um Conselho Federal, ou Nacional, mas é de todos os psicólogos. Então, a partir disso, precisava de uma reunião para ser o primeiro momento, o primeiro chute da bola para o jogo que vai continuar”

João Vicente Menescal de Oliveira - CRP 11
(Vice-Presidente)

“A reunião com os presidentes de regionais está servindo para que a gente comece a entender como pode ser esse novo processo do Conselho Federal, porque até então tínhamos uma idéia vaga do funcionamento da coisa. Agora vamos ter a oportunidade de ver mais no concreto.

Uma gestão democrática em que todo mundo participe, seja ouvido, que não haja empecilhos em termos de personalismo, ou seja, o que vale é o que eu quero e não o que a categoria precisa. Isto é o que estou vendo e que marca a prática das pessoas que estão assumindo”

Jorge Luiz Araújo dos Santos - CRP 12

“O Conselho Nacional está propondo essa articulação entre os conselhos para que se tenham, enfim, um trabalho que seja em nível nacional atendendo as necessidades dos Regionais.

As minhas impressões são as melhores possíveis. Tenho percebido desde o primeiro momento que há uma preocupação em atender as necessidades regionais, e isso é muito bom”

Maria Marques Rodrigues Sátiro - CRP 13

Entrevista

Em prol do avanço

CFP e FENAPSI buscam integrar-se na defesa dos interesses dos psicólogos. Em reunião em Brasília no dia 12 de janeiro/96 as duas entidades redigiram um documento marcando a retomada da luta conjunta pelo salário mínimo profissional buscando uma parceria que privilegie os interesses dos psicólogos. Nas entrevistas a seguir o presidente da CFP, Álvaro Trujillo, e o secretário geral da FENAPSI, Luiz Humberto Sivieri, falam dos projetos prioritários das entidades que representam e do momento político vislumbrado para a Psicologia.

“O simples fato de estarmos reaproximando em relação de respeito, garantindo as especificidades de cada, já é um ganho para a categoria”

Entrevista

1

Álvaro Trujillo

Existe hoje um projeto de articulação entre as entidades profissionais (mais especificamente CFP/FENAPSI), proposto pelo IX Plenário do CFP. O que é em síntese essa proposta?

No I Congresso Nacional Constituinte da Psicologia foi aprovado um princípio de fortalecimento das entidades ligadas à Psicologia, das entidades em geral que têm a ver com a Psicologia. Nesse primeiro momento, duas dessas entidades que representam nacionalmente os interesses dos psicólogos, cada uma com as suas especificidades e que têm procurado o fortalecimento recíproco. Com isso, ganhamos mais força política, mais amplitude nas nossas ações e, mais importante, mostramos que nenhuma entidade pode intitular-se como dona da categoria. Outra implicação dessas ações conjuntas é que elas permitem vincular os interesses da Psicologia com os interesses sociais mais abrangentes, tais como: política de saúde e de educação. Sem dúvidas, interesses específicos da categoria tais como o salário mínimo profissional, a tabela referencial de honorá-

rios e o impedimento da abertura indistinta de novos cursos de Psicologia podem ser melhor defendidos, porque a proposta é de ampliar a participação e fortalecer a organização dos psicólogos. Objetivos somente alcançáveis na medida em que as entidades juntem suas forças.

Que avanços este projeto de reaproximação das entidades traz para os psicólogos?

Neste momento é necessário lembrar um pouco a história recente e principalmente aquele momento em que houve uma certa disputa entre essas entidades, (principalmente) a partir do Conup, realizado em 89 em Brasília, quando houve uma defesa de teses de extinção dos conselhos e dos sindicatos. A partir de então houve uma série de divergências entre as entidades. É evidente que isto não interessa aos psicólogos. Então, o simples fato de estarmos nos reaproximando em relação de respeito, garantindo as especificidades de cada uma, independente da gestão política, já é um ganho para a cate-

goria.

Além disso o significado dessa reaproximação é que ficaremos melhor aparelhados politicamente, para dignificar cada vez mais o psicólogo. Não adianta querer separar essas duas questões: de dignificar a Psicologia sem dignificar o psicólogo ou vice-versa.

Quais os destaques e as dificuldades que tem visto e identificado na realização desse projeto?

Essa pergunta dá margem para nós pontuarmos melhor o que concretamente é essa aproximação entre essas entidades. É claro que nós estamos falando dessas duas, mas a perspectiva é a de outras entidades participarem também desse conjunto de ações que interessam à categoria. Quanto aos destaques, nós estamos atuando conjuntamente para a aprovação do salário mínimo profissional e elaboração da Tabela Referencial de Honorários para o país. As dificuldades decorrem da própria história das relações entre as entidades que se expressam através de resistências eventuais, tanto da parte dos conselhos quanto da parte dos sindicatos.

CFP e FENAPSI têm naturezas distintas. Como se dá essa integração, sem que as entidades percam a sua identidade?

As duas entidades que estão sendo mencionadas aqui têm naturezas distintas e, a partir daí, não há perigo da perda de identidade ou de absorção de uma entidade pela outra. Essas naturezas distintas têm de ser mantidos em vários sentidos, porque atendem a questões e interesses diferentes de uma mesma categoria. Uma segunda questão é que a existência dessas duas entidades de modo distinto é útil às próprias entidades, porque assim elas podem desenvolver suas atividades próprias e crescer em suas especificidades de modo que cada uma possa representar adequadamente os interesses do psicólogo. Então eu entendo que a relação en-

tre essas duas entidades é uma ação de caráter especificamente político, que se baseia no respeito e numa postura de valor democrático. Não confundindo as entidades, elas se manterão absolutamente independentes entre si e esse respeito fundamental é que em última análise faz com que a ação política se torne uma ação ética, uma ação moral e uma ação que contribua para o exercício da cidadania.

E quanto à relação do CFP com os Conselhos Regionais?

Esta gestão do Conselho Federal pautou-se nos princípios e nas deliberações do I Congresso da Psicologia e uma das decisões acertadas desse congresso diz respeito a maior autonomia dos Regionais. O envolvimento que nós entendemos ser necessário com os Conselhos Regionais vai nessa linha de uma maior autonomia e de maior articulação das políticas nacionais de modo a respeitar as características regionais dando maior responsabilidade às duas esferas da autarquia. Há um antigo ditado que diz que “a união faz a força”, então o envolvimento visa uma maior união entre as várias esferas que compõem a autarquia. Esse é o principal objetivo do envolvimento que o CFP busca com os Regionais.

Quais são as prioridades do IX Plenário?

Nós temos que entender que a Gestão Consolidação Nacional tem uma característica peculiar, porque somos uma gestão transitória entre uma estrutura federativa que até então existia, para uma estrutura nacional proposta pelo I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 1994. A prioridade é a de fazer essa transição dando ênfase às mudanças político-administrativas coerentes com as propostas da nova estruturação do Conselho Nacional. A realização do II Congresso Nacional também é prioridade da gestão, subsidiar para que ele se dê do modo mais

Carlos Moura



Álvaro Trujillo
presidente do CFP

Entrevista

“A prioridade é de fazer essa transição dando ênfase as mudanças político-administrativas coerentes com as propostas de nova estruturação do Conselho Federal”

Entrevista **2** Luiz Humberto Sivieri

adequado possível consolidando a estrutura em implantação e fazendo-a avançar cada vez mais. Temos também uma prioridade que já mencionei acima: a das mudanças políticas e das relações internas de poder da autarquia. Compatibilizar a idéia da maior autonomia dos Regionais, sempre lembrando que isso não quer dizer maior independência porque nós somos uma entidade orgânica não confederativa, ou seja, uma entidade que cresce organicamente em seu conjunto respeitando a autonomia de suas partes. Em termos práticos, para que isso possa acontecer, foi criado a figura do Diretor Regional que ficou encarregado de realizar esta articulação entre o nível nacional e o regional; uma experiência absolutamente nova. Vamos dar todos os passos para que a próxima gestão que vai surgir após o II Congresso Nacional possa encontrar preparado o terreno para entrar no cotidiano dessa nova estrutura.

Qual a importância da realização do II Congresso Nacional da Psicologia?

O II Congresso é importante, primeiro porque aprofundará, através da experiência que a nossa gestão terá completado, os avanços da estrutura. Nós entendemos que vai ser um Congresso que aprofundará as questões das teses aprovadas no I Congresso. Acredito que vai ser importante este II Congresso para o aprofundamento destas questões e também porque vai ser a primeira experiência de inscrição de chapas em um congresso. Isto é: no II Congresso serão inscritas chapas que concorrerão ao mandato complementar de 2 anos. Essas chapas serão votadas diretamente pelos psicólogos brasileiros.

O que os psicólogos podem esperar desse Congresso?

Vai depender muito dos resultados dos Congressos Regionais. Nós entendemos que o II Congresso Nacional vai ser tão bom quanto forem os Congressos Regionais. Então a expectativa que nós temos, passada a experiência da realização do I Congresso, é que este seja um que aprofunde as questões pertinentes ao exercício profissional e à formação em Psicologia. Acreditamos, pelo que está sendo proposto a essa prática congressual, as coisas evoluirão. Então este II Congresso já é uma evolução em relação ao I e já aponta para um terceiro que está dentro desta nova proposta estrutural. Os psicólogos devem esperar um espaço mais democrático e mais participativo e com maior possibilidade de as reivindicações e os interesses dos psicólogos poderem encontrar maior eco, junto aos Conselhos.

Existe hoje um projeto de articulação entre as entidades de profissionais (mais especificamente CFP/FENAPSI). O que é em síntese essa proposta?

A história das “relações perigosas” dessas entidades nacionais nos últimos anos acarretou um grande prejuízo aos psicólogos por ter contribuído para a desorganização da categoria, para a intolerância entre as direções, para o descrédito dessas instituições colocando-as à margem dos grandes problemas nacionais, como: saúde, trabalho, educação, previdência, serviço público e o próprio Estado.

Há três anos, junto com o Álvaro, então presidente do CFP, procuramos retomar nossas relações institucionais, que se mantiveram em um nível de timidez compatível com as fortes resistências encontradas, as quais foram apresentadas pela atual direção nacional nos momentos em que pudemos compartilhar idéias e preocupações.

Do ponto de vista da FENAPSI o que pretendemos é realizar um trabalho conjunto, em nível nacional, assentado na defesa das demandas coletivas dos psicólogos, na contribuição social da Psicologia, na defesa de uma sociedade justa e democrática.

É importante realçar que cada uma dessas instituições tem um campo de atuação próprio e que lhes dá um caráter bem específico e esta articulação não tem como objetivo interferir na dinâmica peculiar a cada uma das

estruturas. É preciso ousar e este projeto político deve demonstrar, na prática, que é possível e necessário unir esforços, inclusive esperamos que isto se estenda aos sindicatos e conselhos regionais.

Quais os avanços reais dessa aproximação entre as entidades de psicólogos?

A própria proposta já é um avanço. Ela implica o sepultamento de uma prática marcada pelo burocratismo e pelo cartorialismo, substituída por uma atuação política de abrangência nacional, que através de um amplo e constante processo de consulta coloque os psicólogos e a Psicologia na pauta das grandes discussões nacionais para as quais a categoria tem propostas e contribuições.

A relação da Direção Nacional da FENAPSI com a atual gestão Consolidação Nacional é um exemplo desse avanço, pois já começa a dar frutos o trabalho conjunto relativo à discussão da Lei 4.119, à conquista do Salário Mínimo Profissional e à criação de uma verdadeira Tabela Referencial de Honorários para os autônomos.

O que o senhor destacaria como positivo, e quais as dificuldades que tem identificado na realização desse projeto?

O destaque é entendimento político do papel das entidades e a clareza das suas funções, elementos impulsionadores para o estabelecimento de uma nova política de ação que integre os psicólogos, a Psico-

logia, a sociedade e o cidadão.

Para que este destaque prevaleça temos que ter claro que as instituições (FENAPSI e CFP) são legados e patrimônio dos psicólogos e da sociedade, portanto são a estes que devemos prestar contas e voltar nossos esforços para encaminhar suas demandas.

Além disso, o nível de disputa política entre setores da categoria, uma prática salutar e necessária, deve ser colocado no patamar da qualificação dos projetos e da ética na política, em lugar do boicote, depreciação alheia, personalismo, manobras escusas, que podem ser consideradas as maiores dificuldades a serem enfrentadas em relação a alguns setores.

Qual é a sua opinião acerca do II Congresso Nacional da Psicologia que se aproxima?

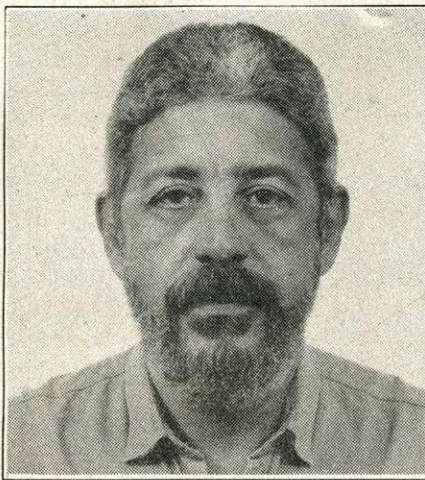
É a oportunidade para que os psicólogos presentes ao II Congresso possam concluir a implantação das conquistas obtidas no I Congresso e de avançarem na construção de uma nova história dos psicólogos.

A expectativa da grande maioria é que não haja retrocesso. Olhar para o futuro e construí-lo é o que a categoria espera do II Congresso e de seus delegados.

Quais são suas primeiras impressões da gestão Consolidação Nacional?

Apesar do pouco tempo que esta gestão está na Direção do CFP, a FENAPSI teve uma boa impressão nas oportunidades em que nos encontramos para definir um trabalho conjunto.

Isto pôde ser constatado através da seriedade e profundidade com que trataram conosco dos temas do Salário Mínimo Profissional e da Tabela Referencial de Honorários, da preocupação com o papel e função do CFP e da importância de uma relação mais consistente entre as entidades.



Luiz Humberto Sivieri
secretário geral da FENAPSI



Ética: princípios da questão

Em meados de novembro do ano passado reuniram-se num seminário em Brasília, representantes dos treze Conselhos Regionais, que sob a organização de um grupo de trabalho do CFP, debruçaram-se sobre as questões da Ética, notadamente sobre os encaminhamentos a serem dados após o I Congresso Nacional da Psicologia, com vistas aos Fóruns Regionais sobre Ética e visando o próximo Congresso Nacional da Psicologia.

Tanto os conferencistas, os debatedores das mesas-redondas, como os demais participantes do evento, todos foram uníssomos quanto ao encaminhamento seguinte: DISCUTA-SE A ÉTICA EM SEUS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS, POSTERGANDO-SE A DISCUSSÃO DOS ASPECTOS NORMATIVOS.

Essa decisão representou um salto qualitativo no tratamento da questão. A dificuldade de abordar a Ética no processo de mudança, deflagrado no I Congresso Nacional, refletiu-se no destino dada ao Fórum de Ética: literalmente, o documento do I CNP diz: "O fórum foi aprovado, sem encaminhamento de composição e funcionamento".

Convém ainda lembrar que Fórum, nesse Congresso, significava o espaço destinado aos temas que não puderam ser discutidos.

Essa falta de norte, levou algumas pessoas, ansiosas e práticas, a rapidamente tentarem produzir um novo Código de Ética, e assim resolver o problema não encarado pelo I CNP.

É compreensível que o Congresso Nacional não tenha tido espaço para discutir Ética, como também não o teve para outras questões cruciais de Psicologia, pois nesse primeiro congresso privilegiou-se, por opção, discutir a reorganização da Autarquia.

Essa reorganização foi baseada em princípios claros, como democracia, direitos de vida e de cidadania, respeitando a pluralidade de representações, priorização da função de orientação à categoria, garantia de qualidade de serviços prestados pela Psicologia, inserção social afetiva e necessidade de posicionamento franco face às políticas públicas praticadas no país.

Tal direcionamento, fatalmente, influirá no fazer do psicólogo, gerando uma discussão sobre o que será ou não ético nesse novo estado de coisas. É só a partir daí que se deverá pensar na reformulação do Código de Ética. Antecipá-lo é colocar o carro à frente dos bois indicativo do Seminário de Ética que os fóruns regionais discutam as implicações para o fazer do psicó-

logo de normatizações vigentes, tais como a Constituição, o Código do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como um meio de se chegar a princípios gerais de Ética, que posteriormente venham a nortear as possíveis alterações do Código de Ética dos Psicólogos e do Código de Processamento Disciplinar.

Outro indicativo importante do referido seminário, foi a proposição de uma metodologia para a realização dos Fóruns Regionais de Ética: realizar seminários que reúnam e aproximem a categoria para que se faça uma reflexão sobre Ética Profissional. Tais seminários poderiam produzir propostas de princípios gerais, que por sua vez seriam encaminhados aos Congressos Regionais.

Por fim, outro aspecto, não menos importante, que foi ressaltado no referido seminário, refere-se à necessidade de não se dissociar a discussão da Ética, da questão da Formação do Psicólogo. Seguramente, não serão as aulas de Ética, no último período, que



irão garantir a qualidade ética dos profissionais de Psicologia. O contato e a interação, desde os primeiros anos, com os direitos e deveres, do aluno, do professor, da instituição de ensino, do usuário dos serviços psicológicos, poderão dar ao futuro psicólogo a vivência de Ética em sua profissão.

Nélio Pereira da Silva
Conselheiro Vice-Presidente do CFP

O Sistema Único de Saúde tem de cumprir sua função social

A situação alarmante do SUS veio à tona através dos principais jornais do país assim que o Ministro da Saúde, Adib Jatene, propôs a cobrança de uma Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - seria o retorno ao antigo IPMF, fórmula que tende a onerar apenas o trabalhador.

Ficou nítido que o SUS passa por uma imensa crise. Os recursos destinados ao setor não são suficientes para manter bons níveis de prestação dos serviços de 6 mil hospitais e 55 mil unidades ambulatoriais. O Sistema Único de Saúde, SUS, criado pela Constituição de 1988 para substituir o antigo INAMPS realiza hoje cerca de 1 milhão e 200 mil internações por mês e mais de 150 milhões de procedimentos ambulatoriais, que oferecem desde consultas médicas a tratamentos mais sofisticados, como hemodiálise, radioterapia, quimioterapia e outros. Além disso, o SUS mantém em torno de 40 mil funcionários para atuar no combate à epidemias e endemias.

Corrupção - Desde 1988 quando foi criado, o SUS deveria garantir o direito à saúde universal e igualitária. Antes do SUS, apenas os brasileiros que pagavam o antigo INPS tinham direito ao atendimento público. Isso excluía 50 milhões de pessoas. Com o SUS há o aspecto positivo de não excluir ninguém. Todos têm direito, muito embora, sendo deficitário, a assistência à saúde fique aquém das necessidades. O SUS representa, portanto, um passo importante para o reconhecimento da cidadania e qualquer retrocesso nesse modelo significa o retorno da figura do indigente que tira do cidadão a identidade, objeto de preocupação do CFP e dos psicólogos.

Quanto à deficiência no Sistema, a questão é simples: os recursos destinados à saúde não são suficientes. No Brasil gasta-se cerca de 85 dólares por habitante/ano, quando a Organização Mundial de Saúde recomenda 400 dólares habitante/ano. Acrescente-se a esse quadro uma rotina de fraudes. A maioria dos credenciados ao Sistema para atender pacientes do SUS é de hospitais particulares (70%). Com o decorrer do tempo foram criadas formas de "recuperar" as despesas mal pagas pelo Governo.

Casos de cirurgia, por exemplo, que necessitariam de 10 dias de internação, são liberados no mesmo dia em estado "satisfatório". Para se ter uma noção dessas fraudes, o Tribunal de Contas da

União descobriu que entre dezembro de 1993 e outubro de 94 foram cobrados do SUS um bilhão e duzentos milhões de procedimentos médicos. A população brasileira é calculada em 150 milhões de pessoas, isso equivale dizer que cada um de nós teria sido atendido pela rede hospitalar pública e conveniada, sete vezes por mês nesse período.

É preciso defender o SUS. Apesar da situação caótica, é preciso que o SUS sobreviva. Corrigir as distorções e estabelecer um Sistema sério é urgente, haja vista que apenas 32 milhões de brasileiros podem pagar por um plano privado. A saúde dos outros mais de 100 milhões depende diretamente de qualidade de atendimento dos serviços públicos.

Isto sem considerar que é dever do Estado dar saúde à população. O Brasil gasta menos de 2% do PIB nacional na área de saúde, enquanto países do chamado 1º mundo gastam até 10%.

A fórmula para mudar o quadro seria: investimentos, gerenciamento dos recursos, fiscalização e uma política de saúde que viabilize o sistema.

O IX Plenário acreditando que um SUS sério e eficaz é possível, participa ativamente das discussões na área de saúde, tendo assento no Conselho Nacional de Saúde, onde os psicólogos representam os profissionais da área de saúde, à exceção de medicina que tem representação própria. Acreditamos que é necessário, pois, aumentar o percentual do Orçamento da União destinado à saúde, desenvolver um novo modelo de gerenciamento, através dos Conselhos de Saúde como manda a Lei Orgânica da Saúde. Acreditamos também que um bom caminho para acabar com as fraudes seria instituir o credenciamento universal, recompondo os dados sobre quem faz o Sistema e quem usa.

Para que o modelo seja eficaz sabemos que a proposta deve passar por uma reestruturação onde seja valorizada e privilegiada a saúde pública; incluindo-se, neste caso, melhores condições de trabalho e investimentos no setor.

“ Brasil gasta menos de 2% do PIB nacional na área de saúde, enquanto países do chamado 1º mundo gastam até 10% ”

Destaque

CPF promove recadastramento nacional

O Conselho Federal de Psicologia, realizará o recadastramento de todos os psicólogos brasileiros, projeto que permitirá traçar o perfil do psicólogo no país.

A freqüente devolução de correspondências remetidas aos psicólogos, número significativo de inadimplentes que não respondem às cobranças, as ausências das eleições, a falta de informações sobre a inserção desse profissional no mercado de trabalho, remuneração, áreas de maior absorção e interesses, formação e especialização são fatores que revelam a necessidade de um recadastramento nacional. Na situação atual, os Conselhos Regionais e o Federal não dispõem de informações fidedignas a respeito de questões importantes como, por exemplo, o número de psicólogos ativos e inativos. Em decorrência da necessidade de criar esse cadastro, O CFP realizará, em conjunto com os Regionais, o recadastramento dos psicólogos inscritos em todo o país, com vistas a um amplo conhecimento da categoria e da sua atuação. Com o objetivo de organizar o cadastro de psicólogos inscritos nos regionais; atualizar e complementar os dados que constam nos atuais cadastros e dispor

de informações sobre a formação e o exercício profissional dos psicólogos para possibilitar a composição de perfil profissional e outros estudos, é que o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu uma metodologia própria para a realização do recadastramento nacional. Assim, serão utilizados quatro modelos de formulários: um para os recém-formados, outro para formados há mais de um ano, e um terceiro para inscrição secundária, transferência e reativação, além de um para aqueles formados há mais de um ano e que ainda não exerceram a profissão. O CFP será o responsável pela elaboração e distribuição dos formulários. Parte dos recursos necessários para o recadastramento já estão previstos no orçamento do CFP.

Inscrições antigas Os psicólogos já inscritos nos regionais, no sistema antigo, serão recadastrados de acordo com

o seguinte procedimento:

Com base no atual cadastro dos Regionais, o CFP enviará para todos os psicólogos, via correio, o formulário de recadastramento e o manual de instruções, informando sobre a obrigatoriedade do recadastramento (Resolução nº 024/95) e determinando o prazo para devolução, com porte pago, ao Conselho Regional.

Lembramos que a prestação das informações tem um caráter obrigatório para todos os psicólogos, nos termos da Lei 5.766 de 20.12.71. Mas, mais do que a obrigatoriedade, o CFP e os CRPs contam com a colaboração de todos os psicólogos para que assim possamos identificar e quantificar nossa categoria.

Os psicólogos inscritos no CRP 06 ficam excluídos da obrigatoriedade, tendo em vista esse regional já ter feito o recadastramento.

Informamos que no dia 09/03 será realizada reunião de treinamento com os representantes dos Conselhos Regi-

Conhecendo a nós mesmos e a nossa atuação saberemos dar respostas às indagações da sociedade

Por que fazer o recadastramento?

Este é um momento em que os Psicólogos poderão ser identificados com precisão das informações, possibilitando assim melhor conhecimento da categoria. Isto irá proporcionar atuação mais eficaz das entidades, melhor organização política e respeitabilidade da profissão. Conhecendo a nós mesmos e nossa atuação, saberemos dar respostas às indagações da sociedade e dos formadores de opinião sobre o contingente de profissionais psicólogos, especialização, área de atuação e até possíveis interesses profissionais que vão além da atuação de cada um.

onais para aplicação do recadastramento em todo o país. Na segunda quinzena de março os psicólogos podem entrar em contato com seu Regional para maiores informações.

Nas próximas edições do *Jornal do Federal* estará acompanhando o recadastramento nacional e esclarecendo dúvidas que, porventura, venham a surgir.

CFP luta pelo salário mínimo profissional

A Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entendendo a difícil situação social, econômica e política enfrentada pelos psicólogos no país, elegeram como prioridade, dentre suas ações conjuntas, a luta pelo estabelecimento do salário mínimo profissional para psicólogos e declaram todos os Sindicatos e Conselhos a se envolverem e participarem efetivamente da campanha

pela aprovação deste importante referencial para a categoria, o qual implica melhores condições de vida e trabalho.

A luta pelo nosso salário mínimo profissional iniciou-se em 1986, com a reivindicação de 6x6 (seis salários mínimos por seis horas diárias de trabalho). Nestes 10 anos enfrentamos trâmites legislativos, conjunturas políticas adversas e muitos outros empecilhos, todos assimiláveis e supe-

ráveis. Só não tínhamos conseguido sobrepujar a disputa entre os conselhos e as entidades sindicais ocorrida nos últimos 5 anos, a qual interferiu negativamente na luta pelo salário mínimo profissional atingindo principalmente os mais interessados em vê-lo aprovado: os psicólogos brasileiros, os verdadeiros donos deste projeto. Foram estes os maiores prejudicados por esta política imatura e inconseqüente, pois nenhuma destas entidades pode se arvorar em ser "proprietária" da categoria. Estamos colocando um basta nisso.

Não podemos mais frustrar as expectativas dos psicólogos; portanto, de hoje em diante atuaremos em conjunto e organizadamente, respeitando nossas especificidades, buscando conquistar esta justa reivindicação, um direito dos psicólogos, como de todos os trabalhadores.

Desta forma, a FENAPSI e o CFP registram neste documento o compromisso político e institucional de levar avante e em conjunto a luta pela conquista do Salário Mínimo Profissional para os psicólogos.

Para tanto, estabelecemos uma pauta de atuação conjunta composta de ações a serem executadas articuladamente.

1 - Campanha nacional, articulando entidades sindicais e conselhos, como forma de mobilizar e obter apoios junto

à sociedade para aprovação do Projeto 63/93.

2. Acompanhamento cotidiano da tramitação do processo no Senado ou Câmara, incluindo a agenda de votação nas comissões e plenários, repassando semanalmente estas informações a todos os sindicatos, conselhos, associações e outras entidades interessadas.

3. Exercer pressão - junto com as entidades sindicais, conselhos, associações e a categoria - sobre os senadores ou deputados em cada Estado de origem destes congressistas.

4- Informar a opinião pública da reivindicação de um Salário Mínimo Profissional justo e condizente com o valor do trabalho prestado pelo psicólogo e com a importância social da Psicologia.

5 - Organizar a busca de apoio e solidariedade de outras categorias, trabalhadores e entidades, com as quais compartilhamos a luta por melhores condições de vida e trabalho.

Conselho Federal de Psicologia-CFP
Álvaro Trujillo
Presidente

Federação Nacional dos Psicólogos-FENAPSI
Luiz Humberto Sivieri
Secretário Geral

LIVROS

O CFP recebeu as seguintes publicações que se encontram no Conselho sob a responsabilidade da Coordenadoria Técnica e à disposição de todos os psicólogos, para eventuais consultas.

Publicações recebidas

LIVROS:

- Introdução à Psicologia Política de: Antônio Gomes Penna
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Editora - Imago

- Psicoterapia Comportamental e Cognitiva de Transtornos Psiquiátricos de Bernard Rangé - Editora PSI

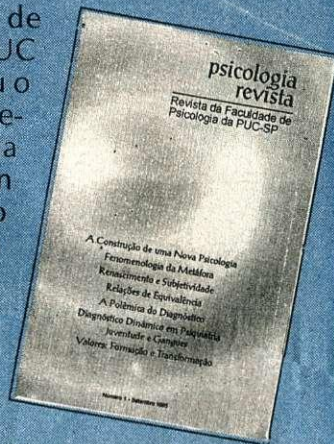
RELATÓRIOS/ ANAIS/SUMÁRIOS:

- Relatório Final de Regulação da Atenção à Saúde pelo SUS
Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- Sumários de periódicos em Psicologia publicados pela Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia
- Anais do I Congresso Mineiro de Psicologia - CRP - 04

Psicologia revista

A Faculdade de Psicologia da PUC de S. Paulo lançou o 1º exemplar do periódico "Psicologia Revista" que tem como objetivo contribuir para a produção de conhecimentos em Psicologia através da publicação de trabalhos de profissionais da PUC e de outras instituições. Esta revista encontra-se no Conselho Federal de Psicologia para consulta.

Os interessados em assiná-la devem obter maiores informações através do seguinte endereço: Psicologia Revista - Rua Monte Alegre, 984 - 05014-010 São Paulo-SP ou pelo telefone (011) 864-1012.



REVISTAS
Psicologia USP - Vol. 5 Números 1/2 - 1994

Cadernos de saúde pública - o impacto da violência social sobre a saúde - Vol. 10

Suplemento 1 - 1994

- Insight - nº 54, 55 e 57

- Adusp - edição especial
- Caderno de debates - Plural - nº 09

MANUAL

Está quente aqui ou sou eu? Um exame pessoal dos fatos, equívocos e sensações da menopausa - de Gayle Sand - Editora Summus

Agenda

Congresso Brasileiro de prevenção do Câncer

No período de 18 a 21 de setembro, a cidade de S. Luís-MA estará sediando o II Congresso Brasileiro de Prevenção do Câncer e a 2ª Jornada Brasileira de Prevenção do Câncer para a Comunidade que tem como finalidade principal a mudança da mentalidade do profissional médico e de toda população frente à importância da prevenção do câncer.

Vale lembrar que o evento está sendo realizado pela Fundação Antônio Jorge Dino que é a única instituição que mantém um serviço - referência de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer no estado do Maranhão.

Para maiores informações:
Fundação Antônio Dino (098) 231 2373 - Fax (098) 2311776
WTE - Gerenciamento de eventos (011) 253 7947 - Fax (011) 2846629

Homenagem a Mira y Lopes

1996 é o ano de centenário de Emílio Mira y Lopes, renomado psicólogo que desenvolveu o instrumento para Psicodiagnóstico Miocinético- PMK, método utilizado nos exames psicotécnicos.

Para comemorar importante data, estão sendo planejados vários eventos e ações com vistas à prestação desta justa homenagem. Na plenária de janeiro, o IX Ple-

nário definiu junto com a Universidade de Brasília, o Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, o CRP 01 e a Comissão Nacional do Centenário Mira y Lopes, de se estabelecer que o evento de comemoração seja associado ao Congresso Internacional de Psicométrica, que se realizará em Brasília no período de 4 a 9 de agosto/96.

Errata

Sapos não viram príncipes...

O resumo da tese "sapos não viram príncipes: Uma abordagem das perspectivas amorosas de mulheres contemporâneas",

Publicada no *Jornal do Federal* nº 41, sem o crédito, é de autoria da Psicóloga Noely Montes Moraes.